

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A VALORIZAÇÃO E A PROTEÇÃO INTEGRADAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL E NATURAL BRASILEIRO: GOVERNANÇA E INSTITUCIONALIDADE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 - ENTRE A NATUREZA E A CULTURA: O SÉCULO XX E O IMAGINÁRIO DO DESENVOLVIMENTO

Atravessamos velozmente o século XX, mas sempre com a sensação de estarmos atrasados para o século XXI. Segundo Elias Canetti, essa velocidade nos fez abandonar a realidade (CANETTI apud BAUDRILLARD, 1990, p.11). A aceleração dos tempos modernos, em qualquer dos seus domínios (científico, tecnológico, mediático), em qualquer de suas trocas (econômicas, políticas, culturais, sociais), levou-nos a uma total perda de referências, tornando-nos espectadores inertes de nossas próprias existências. De repente, atingimos um ponto em que parecemos sair da história, em que os excessos (de acontecimentos, de informações, de mercadorias, de inovações), conduziram-nos à ausência de expectativas, à morte

anunciada do futuro. Corremos, especialmente no século XX, em busca de grandes ideais, e, como a Alice, de Lewis Carroll, caímos em um grande poço, flutuamos em um vazio absoluto de grandes acontecimentos, perdidos pelos movimentos desarmônicos do planeta, frustrados com o caráter aleatório do mundo.

A cultura do desenvolvimento alimentou-se, no século XX, mais de ilusões do que de esperanças. Os próprios antropólogos, mestres dos símbolos universais da diferença, construíram uma espécie de “ecumenismo humanitário,” disposto a negociar conflitos, harmonizar discórdias e homogeneizar visões de mundo. Mas a cultura ocidental branca, fundada no respeito às diferenças e na compreensão altruísta do mundo, não conseguirá esconder nem o desprezo profundo pelas culturas alheias nem a decepção com a sua própria cultura. Segundo Jean Baudrillard (1990), ela produziu uma “ecologia maléfica” que crescendo, produziu excrescências, revelando-nos as contradições dos seus próprios modelos de desenvolvimento. Sua apologia das diferenças não a impedirá de submergir, não somente diante dos dejetos industriais ou urbanos que produziu, mas por fazer da espécie humana (comunidades religiosas, tribos indígenas, gangues, guetos, deportados, migrantes, populações subdesenvolvidas) também um dejetos, um resíduo sem valor e sem significado.

1 Doutora em Sociologia pela Sorbonne, Paris V e Mestra e Sociologia Jurídica pela USP. Foi superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC/CE), Secretária da Cultura do Estado do Ceará, Secretária Nacional da Economia Criativa (SEC), do Ministério da Cultura. É Professora do Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará, membro da Rede de Pesquisadores de Políticas Culturais (REDEPCULT) e consultora em economia criativa. Diretora do Observatório de Fortaleza (Governança Municipal e Políticas Públicas) do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR). E-mail: claudiasousaleitao@yahoo.com.br.

A cultura do desenvolvimento entrou no século XXI com mais esperanças do que conquistas. Em 1999, em Paris, o Fórum “Desenvolvimento e Cultura”, organizado pelo BID, agregou novos significados a essas duas expressões. A cultura passa a ser percebida como uma matriz estratégica para quaisquer planejamentos socioeconômicos. Os significados de desenvolvimento começam a se ampliar, passando a incluir não somente a construção de obras infraestruturais (tais como saneamento, estradas, casas, escolas ou hospitais), mas a enfatizar as reações e intervenções dos indivíduos e comunidades atingidos por estes benefícios, ou seja, a recepção dos impactos desses projetos no desenvolvimento humano de comunidades e populações. Desse modo, ao se levar em conta a diversidade cultural e sua função estratégica, abole-se a concepção hierárquica do desenvolvimento, dando-se voz a populações excluídas, as quais passam a esboçar algum protagonismo diante de seus próprios destinos.

Assim, desenvolver-se passa a abranger as ações e reações de preservação das espécies e da natureza. A partir da “Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas” (1987), inúmeras ações serão desencadeadas, dentre elas a “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro (1992). A “Carta da Terra” (2000) constitui importante desdobramento dessa trajetória, representando no âmbito ambiental papel semelhante à “Declaração Universal dos Direitos Humanos” (1948). Na “Política Nacional da Biodiversidade” se traduz a preocupação com as relações entre o homem e a natureza, relações essas marcadas por uma racionalidade instrumental disposta a dilapidar para lucrar. Em seus princípios, ressalta-se que o homem faz parte da natureza e que a manutenção da diversidade cultural nacional é fator determinante da biodiversidade, em especial de comunidades indígenas, quilombolas e locais.

As convenções internacionais passam a promover conexões cada vez mais sólidas entre a natureza e cultura, sobretudo no que se refere à diversidade, seja ela biológica ou cultural. A “Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, Unesco” formatou a “Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural” (2001) e a “Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural” (2003). Esses documentos ratificam os esforços dos países na construção de um diálogo intercultural, capaz de contribuir para uma cultura de respeito entre os povos, considerando-se a diversidade cultural um patrimônio comum da humanidade. Ao mesmo tempo, a condição necessária para sua existência vincula-se de forma cada vez mais imbricada com o patrimônio cultural, especialmente do patrimônio imaterial, considerando-o mais um conjunto de processos do que um somatório de produtos, uma recriação permanente que é ao mesmo tempo dinâmica e histórica, pois, para se reproduzir, necessita, entre outras coisas, de acesso ao território e aos recursos naturais. Esses aspectos foram preservados na “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, assinado em Paris, em 2003.

A Unesco instituiu o ano de 2008 como o “Ano Internacional do Planeta Terra”. Este ato resultou da conjugação de valores agregados ao conceito de preservação dos recursos naturais, debatidos a partir da crise ambiental dos anos 1970, quando se evidenciou uma crescente tomada de consciência e reconhecimento sobre a importância de se conservar e preservar esses recursos, ora como manutenção da própria espécie humana, ora com o objetivo de se defender os direitos da natureza, ora com o fim de promover um desenvolvimento dito sustentável. Dessa forma, por caminhos diversos, o ser humano tem procurado construir instrumentos jurídico-políticos que contribuam para uma convivência mais sustentável dos indivíduos com o planeta.

2 - O DESAFIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A INTEGRAÇÃO ENTRE O PATRIMÔNIO NATURAL E O PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIROS

No campo da cultura, a racionalidade instrumental moderna foi especialmente danosa para as políticas culturais, pois o Estado brasileiro foi incapaz de formular políticas, programas e ações que contemplassem uma concepção mais ampla do fenômeno cultural em toda sua multidimensionalidade e complexidade. E essa redução e empobrecimento dos significados da cultura contribuíram para a ausência de conexões entre os patrimônios cultural e natural brasileiros. Nossa reflexão parte da seguinte constatação: nossa lógica binária separou a natureza da cultura que se expressa na ausência de integração das políticas governamentais das pastas do meio ambiente e da cultura no Brasil. Esta separação é fruto do imaginário moderno que produziu os discursos acerca do desenvolvimento ambiental brasileiro, que descartaram ou simplesmente ignoraram as importantes contribuições da cultura tradicional popular para a construção de um desenvolvimento verdadeiramente sustentável para o País.

A Política Nacional da Biodiversidade elencou ações prioritárias para a conservação da biodiversidade, através da avaliação de Biomas (níveis organizacionais de reconhecimento científico) mais abrangentes que a paisagem, identificados especialmente pela vegetação. Os biomas brasileiros foram agrupados pela identificação legal e institucional, especialmente pela Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente - MMA. São eles: Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Pampas, Zona Costeira e Marinha. No entanto, não é significativa no País a formulação de políticas públicas que se efetivem em programas capazes de integrar e conectar as complexas relações entre os biomas e a diversidade cultural brasileira.

Dessa forma, as expressões do nosso patrimônio cultural imaterial encontram-se tão ameaçadas quanto nosso patrimônio natural, pois em grande parte deste último dependem. A este respeito vale, por exemplo, observar que viola de cocho do centro-oeste brasileiro só poderá sobreviver se a madeira que constitui a fabricação do instrumento musical também sobreviver; as paneleiras do Espírito Santo só poderão manter e transmitir sua arte e ofício se o tipo de argila responsável pela fabricação das painelas também sobreviver; ou ainda, para garantirmos a sobrevivência do acarajé, necessitamos também assegurar a sobrevivência do camarão seco. Esses exemplos ratificam as relações vitais entre cultura e natureza, demonstrando a fundamental complementariedade entre os patrimônios cultural e natural.

Para a sobrevivência das matérias-primas naturais, torna-se urgente não somente a realização de inventários e mapeamentos culturais, capazes de descrever as expressões culturais brasileiras, mas especialmente de explicitar a imbricação entre patrimônio natural e cultural e o desenvolvimento sustentável no país. Muitos elementos disponíveis no ecossistema solucionam problemas da população tradicional que vive nele. Esses conhecimentos se encontram nos modos de vida de cada comunidade, na culinária, nos remédios, enfeites, objetos, materiais de construção, instrumentos musicais. Também inspiram histórias, músicas, tradições.

Valores culturais que nos chegam pelas tradições reforçam os laços entre as pessoas das comunidades e garantem o pertencimento ao local. Nesse sentido, a diversidade cultural humana pode ser considerada parte da biodiversidade. As populações tradicionais – indígenas, descendentes de quilombolas, pescadores artesanais, camponeses, extrativistas – podem ser as grandes aliadas na luta pelo meio ambiente. Os povos da floresta têm sido fundamentais para manter a floresta em pé.

Para proteger o patrimônio natural, é necessário salvaguardar o patrimônio cultural, especialmente o patrimônio cultural imaterial. A diversidade biológica e a diversidade cultural possuem uma interdependência evidente, que se expressa nas intervenções humanas na própria natureza. O Brasil lamentavelmente ainda não despertou para um desenvolvimento não mais centrado unicamente na produção e exportação de commodities agrícolas, mas disposto a avançar na produção de bens e serviços com alto valor agregado. Trata-se de reunir tecnologia e identidade cultural para que se construa uma “marca país”, para que possa desenvolver o softpower brasileiro. Para o mundo globalizado, por exemplo, a marca Amazônia agrega um grande valor aos produtos dela oriundos. Paradoxalmente, o governo federal tem sido negligente em sua ação de proteção desse importante celeiro da biodiversidade cultural brasileira. É, portanto, tarefa do Estado salvaguardar as florestas e rios, os biomas, as plantas medicinais, mas também as populações indígenas e suas práticas culturais.

Em um mundo em permanente processo de transformação, onde os ecos da globalização chegam aos mais remotos rincões do planeta, a escola, permanecendo a primeira instituição de formação para a cidadania, espaço de aprendizagem da convivência social e da construção de laços de solidariedade, espaço estratégico em qualquer iniciativa de mudança. A valorização e proteção integradas do patrimônio cultural e natural deveriam estar presentes na escola pois contribuiriam para a sustentabilidade da ação humana nas diversas regiões brasileiras, promovendo-se a valorização e a salvaguarda dos saberes e fazeres culturais oriundos da convivência entre indivíduos, comunidades e a natureza. Enfim, necessitamos de uma educação (do ensino fundamental ao superior) que potencializasse o protagonismo juvenil nas áreas do meio ambiente e da cultura, ao mesmo tempo em que sensibilizasse professores, diretores e gestores públicos para a importância da articulação e da transversalidade entre as áreas da cultura e do meio ambiente, por meio de estudos e pesquisas que integrassem os biomas e o patrimônio cultural brasileiros.

Urge ampliar os significados da responsabilidade cultural/ambiental em nossa sociedade, assumindo que somos dependentes, de forma integral, da natureza e da cultura. Antes de sermos homens, somos espécies como quaisquer outras que habitam o planeta e, por isso, poderemos estar decretando nossa própria extinção. Por isso, necessitamos de políticas públicas integradas entre o meio ambiente e a cultura que sejam capazes de responder aos seguintes desafios: nossas políticas públicas para o desenvolvimento sustentável compreendem o patrimônio cultural/natural enquanto seu ativo único e essencial? Nossa educação tem agregado aos seus conteúdos a necessária imbricação entre natureza e cultura, buscando forjar em nossos jovens uma cidadania planetária?

3 - OS DESAFIOS DE UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE E GOVERNANÇA PARA A CULTURA DIANTE DA AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Em um contexto de retrocesso do País, no que se refere às políticas públicas para a cultura e o meio ambiente, a mobilização social deve crescer, produzindo uma necessária reação aos discursos dominantes. Serão os movimentos sociais que permitirão a retomada das conexões entre natureza e cultura, desta feita pela ótica do desenvolvimento sustentável. No âmbito das Nações Unidas, vale destacar três grandes concepções de cultura que podem ser associadas ao desenvolvimento sustentável: a Cultura no Desenvolvimento Sustentável, a Cultura para o Desenvolvimento Sustentável e, finalmente, a Cultura como Desenvolvimento Sustentável.

Declarações, convenções internacionais, ao tratarem a Cultura no Desenvolvimento Sustentável, a compreendem como um aspecto separado e independente das outras dimensões do desenvolvimento. Essa percepção tem como foco a proteção dos ativos culturais, reduzindo a cultura aos setores artísticos e culturais. Essa visão desconecta as relações entre a natureza e a cultura com outros temas sociais e planetários tomando, enfim, a cultura como quarto pilar do desenvolvimento.

Por outro lado, a percepção da Cultura para o Desenvolvimento Sustentável a considera como mediadora e facilitadora, tendo como tarefa precípua traduzir conflitos e demandas entre os diversos grupos sociais, seus valores e formas de viver. A partir dessa percepção, a cultura outorga sustentabilidade aos projetos de desenvolvimento dos povos e nações, agregando aos mesmos um significado social e humano. Mas o grande desafio dos mais recentes documentos internacionais (como é o caso da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável) é o de conceber a Cultura como o próprio Desenvolvimento Sustentável, ou seja, é a cultura que cria as condições de sustentabilidade para o desenvolvimento no planeta. Nesse sentido, a cultura é muito mais processo do que produto; ela é aprendizagem, matriz de transformação e fundamento para a construção de novas epistemologias, outros modos de pensar, de ser e de agir no mundo. Por isso, as políticas públicas de cultura devem comprometer-se cada vez mais com a governança territorial, uma governança capaz de fazer dos indivíduos os protagonistas do seu desenvolvimento. Embora a cultura não esteja citada de forma explícita nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável definidos pela ONU para 2030, ela está presente em todos os ODS, atravessando-os de forma transversal. E já não é sem tempo. Em um cenário de crise do Estado, dos governos e das instituições, também padecem as instituições culturais. Das artes às expressões culturais, da cópia à criatividade, da segmentação à transversalidade, do gasto à economia criativa, da quantidade à qualidade, dos produtos aos processos, do consumo aos direitos culturais, da gestão à governança, da vontade à responsabilidade, as instituições culturais também são postas à prova e devem buscar novas institucionalidades.

Como nos adverte Santos (2002), precisamos reinventar a emancipação social, criando alternativas à globalização neoliberal e ao capitalismo global. O Brasil, por meio de suas experiências em áreas como democracia participativa, multiculturalismo, direitos humanos e cidadania cultural, além de sistemas alternativos de produção, biodiversidade e propriedade intelectu-

al, tem sido um país estratégico para os estudos e a produção de uma “Epistemologia do Sul”. Trata-se da construção de uma Sociologia das Ausências, capaz de ver o invisível, de colher o desperdiçado, de valorizar a diversidade das experiências sociais, comunitárias e intersubjetivas. É desse lugar que necessitamos refletir sobre as nossas frustrações, impotências e impasses diante da fragilidade institucional da cultura. Nos grandes discursos sobre o desenvolvimento, o pensamento reducionista ocidental solapou possibilidades, alternativas e caminhos que ampliem e revejam os significados das pessoas e das instituições para a prosperidade dos indivíduos no planeta. Santos (2002), nos incita a “pensar o Sul, como se não houvesse o Norte, a pensar mulher como se não houvesse o homem, a pensar o escravo como se não houvesse o senhor”. Da mesma forma, não poderíamos aqui pensar as instituições culturais sem pensarmos no Estado e sua tradicional estrutura político-jurídica? Todas as experiências brasileiras não institucionais em torno da cultura não mereceriam uma maior visibilidade e reconhecimento? Por que as tecnologias sociais e culturais produzidas nesse imenso país continuam invisíveis? Por que desperdiçamos experiências e empobrecemos o real, muitas vezes em nome do “institucional”? É o que podemos constatar quando acessamos os relatórios internacionais de economia criativa, realizados pela UNCTAD e pela Unesco nos últimos anos. Os países sul-americanos, caribenhos e africanos continuam “invisíveis” aos Relatórios, malgrado a riqueza do seu patrimônio cultural.

Necessitamos de uma nova “ecologia dos saberes”, como enfatiza Santos (2002), uma “ecologia” que permita, aos protagonistas do campo cultural, construir novas institucionalidades capazes de enfrentar os fatores culturais da pobreza, os papéis da economia criativa como fonte de desenvolvimento sustentável, a construção de indicadores culturais que possam contribuir para a mensuração da qualidade de vida dos povos, a construção de programas educativos que contribuam para a superação de todas as formas de discriminação das minorias, o desenvolvimento de novas competências interculturais, o incentivo ao empreendedorismo

cultural e criativo, o reconhecimento das práticas culturais tradicionais, a gestão dos hábitos culturais em favor da alimentação e da saúde, a produção cultural verde e o uso de energias limpas pelas indústrias criativas, a integração das artes às cidades, especialmente em assentamentos urbanos vulneráveis, a criação de circuitos e territórios culturais e criativos, a humanização dos espaços públicos a partir da recuperação, restauro e de novos usos do patrimônio cultural, o turismo criativo e o turismo cultural, as garantias de trabalho digno para os setores criativos, a inclusão de jovens marginalizados nos sistemas produtivos da economia criativa, a criação de condições de acesso dos pequenos empreendimentos ao crédito e ao financiamento, a inovação nos processos e produtos culturais e criativos, a garantir dos direitos culturais, a proteção de comunidades afetadas pela violência por meio de ações culturais e criativas sustentáveis. Segundo Boaventura Santos (2002), “toda a ignorância é ignorante de um certo saber e todo o saber é a superação de uma ignorância particular”. Haverá, portanto, sempre incompletude entre os saberes e, por conseguinte, as estruturas institucionais jamais representarão toda a diversidade dos desejos humanos. Por isso, as práticas sociais, tão representativas da diversidade planetária, não podem nem devem ser consideradas residuais. Pelo contrário, são essas práticas alternativas que poderão avançar, especialmente no Brasil, e disputar na arena política a sua legitimidade, sua eficácia e efetividade.

REFERÊNCIAS

- BAUDRILLARD, Jean. **La Transparence du Mal**: essai sur les phénomènes extrêmes. Paris: Galilée, 1990.
- DURAND, Gilbert. **O Imaginário: ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.
- HARRISON, Lawrence & HUNTINGTON, Samuel. **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- HERMET, Guy. **Cultura e Desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- MORIN, Edgard. **O desafio do século XXI: religar os conhecimentos**. Lisboa, Instituto Piaget, 1999.
- ROCHA PITTA, Danielle Perin (org.) **Ritmos do Imaginário**, Recife: Editora Universitária da UFPE, 2005.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Globalização e as Ciências Sociais**. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. Revista de Ciências Sociais, 63, Outubro de 2002: 237-280.
- TEIXEIRA, João Gabriel L.C. et al (org). **Patrimônio imaterial, performance cultural e (re)tradicionalização**. Brasília, UNB: 2004.
- UNESCO, **Déclaration Universelle sur la Diversité Culturelle**. Série Diversité Culturelle, n.1, 2002.